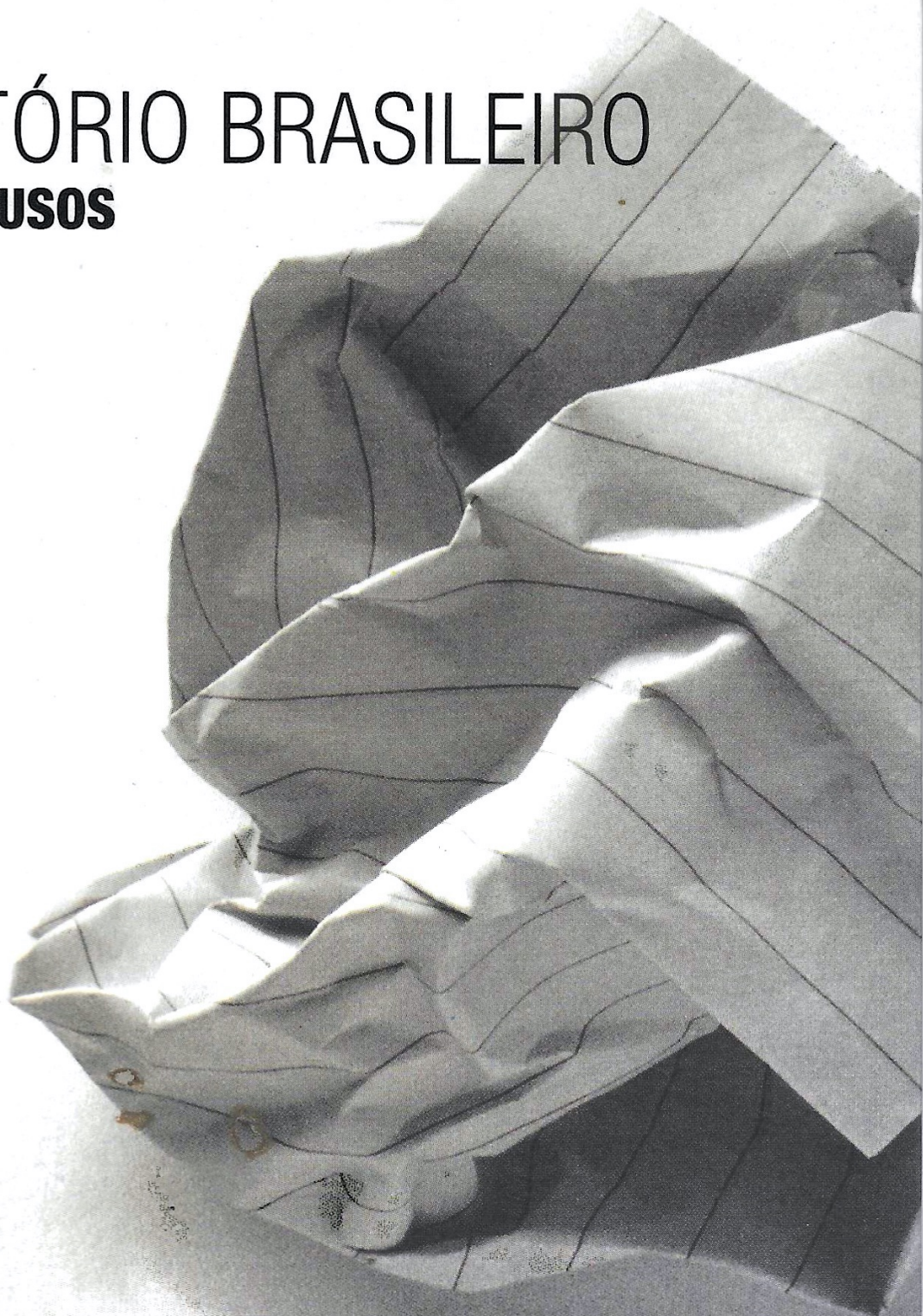


Maria Adélia Aparecida de Souza
ORGANIZADORA

TERRITÓRIO BRASILEIRO

USOS E ABUSOS



COPYRIGHT © TERRITORIAL 2003

CAPA/PROJETO GRÁFICO
Luís Fernandes

EDITORAÇÃO
Wiron Teixeira

Apoio Editorial
Vitor Hugo da Silveira Noroefe

ISBN: 85-89360-02-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

TERRITÓRIO BRASILEIRO

Usos e Abusos

Organizadora Maria Adélia de Souza [et al.].
Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003

Vários Autores

1. Território brasileiro 2. Uso do território 3. Geografia do Brasil
4. Lugar 5. Dinâmicas metropolitanas 6. Território e Sociedade
1. Maria Adélia de Souza.

Índice para catálogo sistemático:

1. Uso do Território: Geografia do Brasil: Monitoramento, Regulação, Fluidez
2. Brasil: uso do território, dinâmicas metropolitanas, Geografia do Brasil

EDIÇÕES TERRITORIAL

Rua Antonio Cezarino, 387 - 13 015 - 290 Campinas - SP
fone: (19) 3236 5134 - fax: (19) 3232 4958
e-mail: territorial@territorial.org.br

ÍNDICE

Apresentação	11
Introdução	17

PARTE 1 – RECONHECENDO O TERRITÓRIO: MONITORAMENTO, REGULAÇÃO E FLUIDEZ

Capítulo 1 – Pequena Reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. <i>Ana Clara Torres Ribeiro</i>	29
Capítulo 2 – Tecnologias da Informação e Organização do Território. <i>Ricardo Abid Castillo</i>	41
Capítulo 3 – Reconhecendo o Território: Monitoramento, Regulação e Fluidez. <i>Cilene Gomes</i>	54
Capítulo 4 – A Norma e a Técnica como Elementos Constitutivos do Espaço Geográfico: Considerações sobre o Ressurgimento do Pluralismo Jurídico. <i>Ricardo Mendes Anias Jr.</i>	77
Capítulo 5 – Telecomunicações e Uso do Território Brasileiro. <i>Rubens de Toledo Junior</i>	93
Capítulo 6 – Reconhecendo o Território: A Informação e o Espaço Geo- gráfico. <i>Sérgio Gertel</i>	108

PARTE 2 – LUGAR, LUGARIDADES, PAISAGEM E CONSTRUÇÃO DO FUTURO DO MUNDO

Capítulo 7 – Lugar na Cidade: Conhecimento e Diálogo. <i>Lucrecia D'Alessio Ferrara</i>	118
--	-----

Capítulo 8 – O Lugar da Praça: Pracialidades Contemporâneas na Megalópole do Sudeste Brasileiro <i>Eugênio Fernandes Queiroga</i>	130
Capítulo 9 – Geografia Cidadã – Contribuindo para a Emoção com a Categoria de Análise para a Geografia. <i>Nilo Lima</i>	146
Capítulo 10 – A Quinta Dimensão do Espaço Cotidiano e Práticas Espaciais. <i>Renato Nunes Balbim</i>	154
Capítulo 11 – Natureza e Cultura: Paisagem, Objetos e Imagens. <i>Maria Angela Faggin Pereira Leite</i>	174
Capítulo 12 – Território e Informação. A Publicidade como Elemento Constitutivo do Meio Técnico, Científico e Informacional. <i>Lidia Antongiovanni</i>	186

PARTE 3 – AS NOVAS DINÂMICAS METROPOLITANAS
CORPORATIVAS E FRAGMENTADAS.

Capítulo 13 – A Metrópole de São Paulo e a Produção da Aceleração Contemporânea. <i>Adriana Bernardes</i>	194
Capítulo 14 – O Processo de Periferização e Uso do Território Brasileiro no Atual Período Histórico. <i>Eliza Pinto de Almeida</i>	213
Capítulo 15 – A Inserção de Florianópolis na Formação Socio-Espacial Contemporânea. <i>Ewerton Vieira Machado</i>	240
Capítulo 16 – Consideração sobre um Fragmento da Metrópole em Fragmentação: o Bom Retiro. <i>Alexander Sergio Evaso</i>	258
Capítulo 17 – São José do Rio Preto: A Relação entre a Cidade e a Formação Socioespacial Brasileira Vista Através dos Circuitos Espaciais da Produção <i>Marcos Xavier</i>	283
Capítulo 18 – Verticalidades e Horizontalidades no Município de Bauriú. <i>Fabio Betioli Contel</i>	298

PARTE 4 – OS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A DINÂMICA DOS SUB-ESPAÇOS.

Capítulo 19 – Agricultura Científica no Brasil: Impactos Territoriais e Sociais. <i>Denise Elias</i>	315
Capítulo 20 – A Dinâmica do Sub-Espaço Citricultor Paulista: Técnica e Tempo na Perspectiva da Razão e Emoção do Pensamento Miltoniano. <i>Alcindo José de Sá</i>	341
Capítulo 21 – A Questão Regional Hoje: Reflexões a Partir do Caso Paulista. <i>Manoel Lemes da Silva Neto</i>	355
Capítulo 22 – Formação Socio-Espacial, Território e Seus Usos. <i>Juleusa Maria Theodoro Turra</i>	380

Parte 5 - Território e Sociedade: Conhecendo o Brasil do Presente.

Capítulo 23 – A Alienação do Território – O Papel da Guerra Fiscal no Uso, Organização e Regulação do Território Brasileiro. <i>Marcio Cataia</i>	397
Capítulo 24 – A Região e a Invenção da Viabilidade do Território. <i>Maria Laura Silveira</i>	408
Capítulo 25 – Mudança, Tecnologia e Território. <i>Delfina Trinca Figuera</i>	417
Capítulo 26 – Território Brasileiro e Mercado Externo: Uma Leitura dessa Relação na Virada do Século XX. <i>Mônica Arroyo</i>	428
Capítulo 27 – Por uma outra Política Pública de Cultura: Plural e Territorial. <i>Julia Andrade</i>	458

PARTE 6 – A GEOGRAFIA RENOVADE E OS JOVENS GEÓGRAFOS DE CAMPINAS:
A MELHOR HOMENAGEM A MILTON SANTOS.

Capítulo 28 – Conhecer o Lugar e Transformar o Mundo: o Espaço Geográfico como Possibilidade. <i>Carin Carrer Gomes</i>	483
--	-----

Capítulo 29 – Geografias da Desigualdade: Uso do Território Brasileiro e Fome. <i>Fabio Tozi</i>	495
Capítulo 30 – Novos Espaços Alienados do Território Brasileiro. <i>Heloisa Molina</i>	508
Capítulo 31 – O Uso do Território pela Violência. <i>Lucas de Melo Melgaço</i>	524
Capítulo 32 – A Regionalização no Período Técnico-Científico- Informacional: A Região Metropolitana de Campinas. <i>Mariana Vercesi de Albuquerque</i>	534
Capítulo 33 – Uso do Território, Técnica e Fome. <i>Mario Lamas Ramalho</i>	548
Capítulo 34 – Agricultura de Precisão: Informacionalização Agrícola e Novos Usos do Território. <i>Pablo Ibañez</i>	561
Capítulo 35 – ALCA: Territórios Nacionais do Capital Internacional. <i>Rafael Augusto Pinto</i>	573
Capítulo 36 – Os Sintomas do Território Usado: A Saúde em Campinas. <i>Wagner V. P. de Camargo Júnior</i>	583
Considerações Finais: Um Mundo de Existência Criativa: Milton Santos, esse Habitante! <i>Samira Peduti Kahil</i>	597

APRESENTAÇÃO

Realizar o trabalho acadêmico e científico com seriedade foi um grande ensinamento de Milton Santos. Ele o fez a vida toda. E este foi um legado precioso que deixou, especialmente para estes tempos de enorme dificuldade da vida acadêmica e científica e, logicamente do mundo.

Em função disso, seus alunos, parceiros e interlocutores decidiram homenageá-lo, após um ano de imensa saudade.

Esta homenagem, claro, poderia contar com a presença de todos eles. Enorme tarefa aquela de reunir os amigos de Milton, pois eles estão nos quatro cantos do mundo. Desta vez decidimos, com a permissão dos ausentes, ser rigorosamente miltonianos e assumir integralmente esta homenagem. Os que foram convidados a participar estão certamente representando quantos gostariam de estar conosco em Campinas em junho de 2002 para este I Encontro com o Pensamento de Milton Santos. Mas temos a certeza de estar com todos eles aqui: Milton não os esquecia e os sabia, mesmo distante, juntos. Esse, aliás, foi o objetivo da organização desta homenagem póstuma que prestamos a esse grande mestre da geografia contemporânea: não permitir que essa imensa rede solidária, generosa, fraterna, pereça com a ausência de Milton. É importante difundir sua Geografia Renovada, manter seu pensamento vivo, estimular os que ainda não o leram ou compreenderam a profundidade ou a complexidade do pensamento a que o façam. Essa sugestão não é feita para transformar Milton Santos em personalidade mítica! É para que seu pensamento revolucionário possa ajudar-nos a superar as dificuldades do mundo, especialmente do Brasil do presente. Sua proposição através da Geografia Nova visa não apenas ao aperfeiçoamento e ao *aggiornamento* epistemológico e metodológico da geogra-

CAPÍTULO 13

O PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: TENDÊNCIAS E CONFLITOS

Adriana Bernardes Silva

“O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política.”

(Milton Santos, 2000, p. 173)

Introdução

A cidade de São Paulo desafia seus observadores mais atentos. Detentora de um significativo contingente populacional, abriga as mais variadas formas de capital, de trabalho e de técnicas que, ao longo dos últimos cem anos, lhe permitiram, de um lado, ter a primazia nos processos econômicos decisórios de um país que se quer moderno e, de outro, ser abrigo para milhares de trabalhadores não incluídos diretamente nos circuitos superiores da economia. Lugar de lutas, portanto, a grande cidade, particularmente no Terceiro Mundo, reúne hoje a nação (Santos, 1996).

A história territorial de São Paulo estaria marcada, tal como propôs Milton Santos (1994b), por três grandes períodos nos quais, de modo distinto, foi alavancada a produção da cidade e redefinido seu papel frente ao mundo e ao país. O comércio, a indústria e, hoje, a informação constituem os elementos centrais desse enredo, pois estruturam verdadeiros recortes espaço-temporais ou, como denomina J.-E. Sánchez (1991, p. 49), verdadeiros “momentos histórico-territoriais”.

Podemos considerar que a cada momento de transformação para uma nova forma-conteúdo, São Paulo, essa *grande cidade tropical*, segue mantendo sua primazia. Trata-se de uma trama em permanente construção, envolvendo o mundo, a formação socioespacial e o lugar metropolitano. É o que discutiremos ao longo desse trabalho.

O processo de mundialização de São Paulo

Como é a *formação socioespacial* (Santos, 1977, 1978) que faz a mediação entre o lugar e o mundo, o movimento de mundialização da cidade de São Paulo esteve sempre atrelado às formas de uso do território brasileiro.

A espiral modernizadora criada a partir de São Paulo e da região sob seu comando resultou num importante diferencial sociogeográfico para o país. Trata-se de um território que acolheu a aceleração capitalista no final do século XIX, impulsionando também um processo de modernização cosmopolita. As técnicas da velocidade desse período aparecerem como elementos constitutivos da região. Há um aprofundamento da divisão interna do trabalho e da cooperação, dando a garantia de ser São Paulo o pólo atrativo para outras vagas de modernizações da formação socioespacial brasileira ao longo do século XX. Por isso, e contraditoriamente, é a partir dos dinamismos criados nessa região do país que se gestaram os elementos da futura integração do território e da economia nacional, alavancados futuramente com a industrialização.

Primeiro os capitais ingleses e nacionais (o capital cafeeiro) puderam expandir-se sobre um território “vazio”, lugar em que prevalecia um meio natural. Rapidamente instalou-se um meio técnico, criando possibilidades

novíssimas de circulação, impulsionando novos investimentos e a urbanização do estado de São Paulo. Foi possível constatar que o capital financeiro, antes mesmo do capital industrial, exerceu papel-chave para assegurar, desde o período cafeeiro, a hierarquização de São Paulo como centro regional (Singer, 1968; Geiger, 1963; Monbeig, 1958), bem como abriu maiores perspectivas de internacionalização da cidade, à medida que São Paulo se inseria no processo de financeirização do planeta.

Os capitais sediados em São Paulo ganham força, drenando mais-valia e conduzindo a lógica dos investimentos em uma vasta *hinterland* que em meados da década de 1930 já englobava o Rio de Janeiro. As duas grandes guerras mundiais romperam com o neoliberalismo que orientava a internacionalização do capitalismo no período. Abriram-se então as possibilidades para a industrialização periférica via substituição de importações. Logo um contexto mundial e nacional favorável (no plano interno com a ascensão de Getúlio Vargas) permitiu à cidade de São Paulo inserir-se como região industrial na divisão internacional do trabalho já num segundo momento da mundialização do lugar metropolitano. Com a modernização concentrada se gestaram as economias de aglomeração na cidade de São Paulo, responsáveis pelo aprofundamento da divisão do trabalho industrial e informacional.

A industrialização paulistana, nas décadas posteriores a 1930, foi-se tornando vetor interno de organização da formação socioespacial. Foi o período de florescimento da metrópole nacional, industrial, e a gênese da metrópole corporativa. A rápida integração do mercado e do território, impulsionada com a ação dos governos militares, alavanca uma modernização “em marcha forçada”; não foi permitido a São Paulo deter a marcha de um crescimento orientado para atender sobretudo às grandes empresas multinacionais.

A essa ampliação vertical do mercado e ao aprofundamento do consumo, corresponde uma razoável expansão do setor de serviços com alto nível de especialização. A indústria brasileira passa a demandar serviços especializados de transporte, financeiros, de consultoria, propaganda,

marketing e recursos humanos, entre outros. Desse modo, “tendo uma atividade diversificada e integrada, a cidade de São Paulo recebeu as atividades terciárias pertencentes ao circuito superior da economia urbana, cuja acumulação em um só ponto reduz ou elimina as possibilidades de sua instalação em outros, favorecendo o desenvolvimento da aglomeração” (Cordeiro, 1980, pp. 11-12). Para Paul Singer (1968, p. 370), “a razão básica desse fenômeno é a divisão do trabalho que se verifica no seio da indústria (...). Na medida em que o avanço tecnológico faz surgir novos produtos, multiplica as matérias-primas e torna a técnica de produção mais complexa, aumenta a dependência de cada empresa dos produtos e dos serviços especializados das demais”. Nesse momento a gênese da metrópole informacional começa a ser explicitada de forma mais clara.

Criaram-se assim as bases para a internalização da variável informação, ensejada com o aprofundamento da industrialização e o início das dispersões das modernizações, com a presença de sistemas de engenharia de transportes e telecomunicações. Com a informatização do território a partir da década de 1980, iniciou-se o processo de alargamento dos contextos da globalização no território brasileiro e ganhou vigor a dialética entre dispersão e concentração. As grandes empresas passaram a usar o território em “tempo real”, ampliando o controle da produção, da distribuição e do consumo. É a temporalidade hegemônica das organizações que, especialmente, se difunde nos lugares. A dissolução da metrópole de São Paulo é seletiva e introduz no território as lógicas de uma solidariedade organizacional.

A variável informação passou a ser fundamental para a compreensão das novas dinâmicas socioterritoriais. São Paulo, nesse terceiro momento de sua história territorial, ascende a centro mundial intermediário que acolhe e produz grande parcela das informações corporativas, contribuindo, desse modo, para a construção da atual unicidade técnica planetária. Ganhou contorno no Brasil um rico setor quaternário. Essa produção de informações é, via de regra, obediente aos cânones da racionalidade do mercado global. É o caso da produção publicitária, do mercado de capitais, das firmas de consultoria. Nesses setores da economia a informação produtiva se traduz em insumos de competitividade para as grandes empresas e eles modelados sobretudo nos países ricos e nas cidades globais.

São Paulo/Brasil	1ª Fase (+/-) 1850 - 1930/1945	2ª fase (+/-) 1945 - 1980/1985	3ª fase (+/-) 1985
Variável motora	Café/comércio/ Finanças (bancos paulistas)	Grande Indústria; Concentração das sede das empresas	Informação/mercado de capitais
Papel do Estado	Estado liberal, comprometido com os produtores de café e os capitais ingleses	Estado Autoritário, interventor, repressor Empresário.	Estado neoliberal: "democracia de mercado"; regulação favorável à globalização; abertura do mercado nacional
Dinâmicas da Organização do território nacional	País arquipélago; <i>Hinterland</i> de São Paulo em expansão	Unificação do território e do mercado; desigualdades regionais	Integração eletrônica; forte fragmentação; guerra dos lugares - reticulação do território
Base material e organizacional da Formação socioespacial	Constituição e expansão de um meio técnico no Sudeste e no Sul	Formação e consolidação de um meio técnico-científico (Região Concentrada)	O meio se torna também informacional; Os espaços da racionalidade
Sistemas de engenharia principais	Ferrovias, telégrafo, energia	Rodovias, telecomunicações, hidroelétricas, portos	Sistema aeroviário, Infovias Telemática
Tipos novos de trabalho na região da metrópole	Operariado e Administradores urbanos	Emergência da tecnoburocracia Massa de Trabalhadores da indústria e dos escritórios	Proliferam os trabalhos "intelectuais": técnicos e científicos. Gerência especializada em <i>business</i> . Emergência do Quaternário.
Relações de trabalho	Formação de um mercado de trabalho assalariado; operários urbanos	Período da regulação estatal e do controle autoritário do trabalho. Sindicatos e greves.	"Flexibilização" do trabalho: automação, precarização, desemprego.
Processo de metropolização	Metrópole Regional	Metrópole Nacional	Metrópole Onipresente
Novos centros: símbolos do poder metropolitano	Centro Antigo: O Triângulo e a região da Praça da República	Avenida Paulista e entorno	Avenida Berrine e entorno: "edifícios inteligentes"
Urbanização Corporativa	Embrionária	Consolidada	Aprofundada

Organização: Adriana Bernardes SILVA, 2001

São Paulo no contexto de uma nova urbanização brasileira

A nova urbanização brasileira (Santos, 1992, 1993a) nos ajuda também a entrever e a discutir esse alargamento dos contextos da globalização. No Brasil há uma nova divisão territorial do trabalho, sustentada pela produção e circulação de informações que regulam os circuitos superiores da economia.

São múltiplas as novas situações geográficas ensejadas:

a) dispersão das modernizações, com a ampliação exponencial da circulação funcionando em “tempo real”. A convergência dos momentos aproxima os lugares e rompe definitivamente com a rede urbana clássica, tal como anunciou M. Santos (1988). Os trabalhos com base em técnica, ciência e informação criam novas densidades na Região Concentrada (Santos, 1993) e convidam a mais urbanização;

b) o território reticulado unifica lugares globais simples e lugares globais complexos, tendo como suporte um novo meio geográfico, diferenciando cada vez mais as cidades de igual nível que participam de circuitos de produção planetários;

c) há uma divisão metropolitana do trabalho fundada na produção de informação. São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro se empenham em dividir as tarefas de regulação econômica, territorial e política. Mas o poderio de São Paulo se expande e se consolida na década de 1990, evidenciando que, num mundo exigente de fluidez, a divisão interna do trabalho (no âmbito da formação socioespacial) acaba por conduzir a novas formas de concentração das modernizações no território;

d) São Paulo torna-se metrópole onipresente no território brasileiro e se insere subordinadamente na rede de cidades globais, ganhando estatuto de metrópole informacional (Santos, 1993; Bernardes Silva, 2001).

É a presença e a expansão do meio técnico-científico-informacional que, entre outros, vem redefinindo a urbanização brasileira (Santos, 1992; Elias, 1997).

Nessa nova geografia brasileira, frações do espaço se informacionalizam, dando lugar a uma integração eletrônica do território nacional (Dias, 1995; Benakowche, 1989; Castillo, 1999). Trata-se de pontos luminosos,

verticalidades que se configuram a partir da unicidade técnica do período da globalização (Santos, 1994a, 1996, 2000). Pierre Veltz (1997, p. 23) nos fala da existência de um contraste geográfico para explicar a atual dinâmica territorial: de um lado há o velho território hierarquizado, mosaico de zonas acomodadas, onde as atividades e as funções descem em cascata da capital à pequena vila rural; de outro, muito menos legível, há um território de redes, onde o local e o global se interpenetram e que se organizam numa trama horizontal complexa de atividades e lugares. Maria Adélia de Souza (1992, p. 111), por sua vez, reexaminando os conceitos clássicos de rede, hierarquia e sistema urbano, propõe a noção de *conexões geográficas* que se dão “entre pontos e escalas diferenciadas e lugares não-contíguos”.

Aprofunda-se, nesse contexto da nova urbanização brasileira, a divisão territorial do trabalho entre cidades locais, cidades médias, metrópoles regionais e metrópoles nacionais, ao passo que São Paulo torna-se um centro informacional, pois lhe cabe, agora, coordenar os eventos da globalização na formação socioespacial brasileira.

A dissolução da metrópole de São Paulo e o uso corporativo do território

O território brasileiro, visto como um campo de forças (Santos, 1985), é também revelador de novas tensões. Entre as ordens locais e as ordens globais, prevalece a reticulação do território em detrimento de projetos de modernização que integrem a sociedade nacional. Amplia-se então a lógica do mercado global, que, como nova manifestação do externo, torna as fronteiras políticas perigosamente porosas, enfraquecendo o mercado interno, enfraquecendo a nação. É forte a internacionalização da economia brasileira na década de 1990, com as privatizações e as fusões e aquisições. Podemos reafirmar que as inovações se difundem seletivamente sem que as velhas estruturas sociogeográficas - heranças coloniais - sejam ameaçadas. Essa é a outra face da aceleração contemporânea.

De fato, há maior articulação funcional entre lugares, mas somente entre aqueles pontos ou manchas de territórios que estão, veloz e verticalmente, unidos; eis o mapa dos espaços da globalização, cuja base material e organizacional se faz presente através da existência do *meio técnico-científico-informacional* (Santos, 1994a). É esse novo meio geográfico que irá

presidir a atual hierarquia entre lugares, atraindo seletivamente os capitais hegemônicos e criando condições para o alargamento dos contextos da globalização.

O papel hegemônico de São Paulo (visto, por exemplo, através das empresas produtoras de informação como as firmas consultoria) é subordinado aos interesses das corporações globais. A metrópole paulista funcionaliza hoje no Brasil a tradução da linguagem corporativa. Participa da rede global de cidades porque contribui para implantar as práticas, as intencionalidades e as estratégias das grandes empresas globais na formação socioespacial.

A dissolução da metrópole, portanto, torna hegemônica a temporalidade das grandes organizações capitalistas no território nacional. Segundo Santos (1993b, p. 10), “a descentralização produtiva e a centralização informacional produzem, juntas, o fenômeno da *dissolução da metrópole*, graças à difusão hierárquica da informação sobre todo o território, por intermédio da rede urbana”. Nesse novo contexto, a metrópole “devora o espaço e tempo social das outras regiões, impondo seus códigos” (Raffestin, 1993, p. 195).¹

Esse é o contexto que conduz ao acirramento dos problemas socio-territoriais. A racionalidade da globalização difundida seletivamente no território torna, por exemplo, ainda maior o desemprego nas áreas mais dinâmicas e, ao mesmo tempo, condena ao isolamento as áreas não atingidas pelas modernizações nas últimas décadas. Como consequência desse movimento, a população se refugia nas grandes cidades - especialmente em São Paulo, hoje a maior metrópole do país -, convertidas em abrigos preferenciais da nação. O modelo neoliberal vigente no país tende, por um lado, a aumentar a concentração do poder político das empresas na cidade de São Paulo, em detrimento das demais metrópoles do país. E, por outro lado, na mesma proporção em que a cidade se moderniza, aprofunda-se o crescimento da pobreza e das condições estruturais de crise.

1. Para Raffestin (1993, p. 195), a metrópole “faz uma mais-valia constante sobre o plano espacial, pois suas decisões e suas normas restringem o campo das intenções e das ações das outras regiões. Mas também faz uma mais-valia temporal, no sentido de que seus modelos são progressivamente mais seguidos que os de outras regiões. O tempo estritamente regional também se restringe, em proveito do tempo da capital”.

O novo sistema técnico informacional, voltado para o objetivo de fomentar a política das grandes empresas globais, é fundado na racionalidade instrumental. Como assinala Maurice Godelier (1974), essa racionalidade possui um campo semântico comum, constituído por noções do tipo eficácia, eficiência, rentabilidade, rendimento, produtividade, lucro máximo, satisfação máxima, escolha, cálculo, previsão, gestão, desenvolvimento, progresso, decisão ótima, entre outras. Por isso, politicamente ela é orientada para a realização da competitividade como um fim em si mesma. São, portanto, informações construtoras apenas de solidariedades organizacionais. Jean Lojkin (1995; 42) tratando da revolução informacional pondera que “testemunhamos uma crise social profunda, tamanho e tão agudo é o conflito entre as formas novas de organização técnica do trabalho e a antiga organização social”.

É a concentração do setor quaternário, este setor produtor de informações a que se refere Jean Lojkin (1995),² que faz de São Paulo, hoje, um centro partícipe da rede global de cidades e renova e mantém sua primazia entre as cidades brasileiras.

São Paulo e a constituição da aceleração contemporânea: as ações e os objetos informacionais

Uma nova *economia política da cidade* (Santos, 1994b) passou a condicionar e mediar as forças da globalização em São Paulo desde fins da década de 1980. Um forte jogo especulativo se deu entre a obsolescência sociogeográfica de certas áreas (tais como o Centro Velho e a avenida Paulista e entorno) e a atual produção de frações informacionalizadas do território metropolitano (a região da avenida Nações Unidas e da avenida Luís Carlos Berrini). A cidade, vulnerável aos interesses corporativos, acaba por se transformar mediante um processo de valorização diferencial (leia-se fragmentação) do território urbano. Como assinalou Milton Santos (1994b, pp. 129-

2. “Ora, a Revolução Informacional não se limita à estocagem e à circulação de informações codificadas sistemicamente pelos programas de computador ou difundidas pelos diferentes *mass media*. Ela envolve sobretudo a criação, o acesso, a intervenção sobre informações estratégicas, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética; de qualquer forma, informações sobre informação, que regulam o sentido das informações operatórias, particulares, que cobrem a nossa vida cotidiana” (Lojkin, 1995, p. 109).

130), “a cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas (...). Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho interna a cada aglomeração não lhe é indiferente”.

Tanto para produzir quanto para distribuir as informações que irão circular nas redes globais, ligando o país ao mundo, frações do território metropolitano devem adaptar-se ao ritmo da fluidez contemporânea dos “autômatos”. Para tanto, governos e empresas formam coalizões e intentam anular, minimizar ou tangenciar as rugosidades³ criadas com a divisão do trabalho do período mais propriamente industrial da cidade. O lugar metropolitano se redefine, ganha outro conteúdo sob o impacto do novo sistema técnico informacional, isto é, o território se rearranja como resultado da combinação de técnicas qualitativamente diferentes, porque representantes de temporalidades diversas e não convergentes.

A nova forma urbana, com seus paradigmáticos “bairros inteligentes”, é extremamente rígida quanto à especialização técnica e, por conseguinte, funcional. A monofuncionalidade do novo centro de negócios corporativos globais levou Heitor Frúgoli Jr. (2000, p. 214), em sua análise da centralidade em São Paulo, a assinalar “a geração de um tipo de espaço urbano desértico”, onde os interesses coletivos estão subordinados à hegemonia empresarial, com o conseqüente declínio da vida pública. Ora, é justamente essa aridez que parece garantir a fluidez aos grupos empresariais hegemônicos presentes no lugar, pois foram eliminadas desses novos espaços, por exemplo, todas as atividades mais populares, como bares, pequeno comércio, feiras, entre outras, predominantes no centro antigo. Soma-se a isso a inexistência de manifestações políticas, como aquelas que consagraram a avenida Paulista como marco de reunião, isto é, de lutas populares.

No período atual, vale salientar, fluidez e competitividade tornaram-se praticamente sinônimos. Segundo Latour (1994), “é preciso que as coisas

3. “Chamemos de rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (...). Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (Santos, 1996, p. 113; ver também Santos, 1978a).

andem na mesma velocidade e sejam substituídas por outras igualmente bem alinhadas para que o tempo se torne um fluxo”.

Ora, a metrópole de São Paulo, face à chegada de novos vetores da globalização na década de 1990, torna-se ainda mais corporativa e fragmentada, acirrando as tensões entre a constituição de um *meio técnico-científico-informacional* e o restante da população e da cidade. Ponto verticalizado de controle da economia e do território brasileiros, o novo espaço informacional da metrópole retrata apenas os interesses das grandes empresas. É um espaço encerrado em suas funcionalidades, produzido para manter a aceleração dos vetores da globalização e calcado num projeto de isolamento social: é evidente a segregação socioespacial ensejada com os novos espaços de edifícios corporativos na região sudoeste da cidade de São Paulo.

A globalização veio efetivar uma alienação dos lugares, estabelecendo uma forte tensão entre as relações de ordem local e de ordem global. As corporações globais impõem a criação de formas urbanas aptas a sustentarem um tempo acelerado. São Paulo tem sido convocada a se inserir eficazmente no funcionamento das redes globais. A contemporaneidade de São Paulo, portanto, é reveladora das formas como a globalização vem sendo produzida. O funcionamento da rede de cidades globais se faz através de pontos do meio técnico-científico-informacional inseridos no coração de um seletivo grupo de metrópoles. Aí um ambiente rico em trabalhos quaternários e equipado com sistemas de objetos informacionais autoriza a produção de mais aceleração, pondo em funcionamento o “tempo real” das corporações globais.

Formas universais, esses novos objetos possuem um conteúdo técnico e social com base numa informação unificada hegemonicamente. São, portanto, objetos preparados para realizar mais perfeitamente os eventos da globalização e que fazem funcionar circuitos extravertidos. Em nossa sociedade afirmou-se um modelo de desenvolvimento em que “o progresso modernizador só pode ser pensado se todos os elementos contemporâneos, de acordo com o calendário, pertencerem ao mesmo tempo. Esses elementos devem, para tanto, formar um sistema completo e reconhecível. Então, e somente então, o tempo forma um fluxo contínuo e progressivo” (Latour, 1994, p. 74). Por isso, para Milton Santos (1996, 1999, 2000), a velocidade

de deve ser tomada hoje como uma categoria de análise do território. Assim, para o entendimento do território “devem ser considerados os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades” (Santos, 1999, p. 20).

A incessante produção de informações no período atual é, como foi salientado, balizada pelo imperativo da fluidez. As inúmeras atividades quaternárias concentradas na metrópole paulista são em grande parte responsáveis pela atração de investimentos financeiros e imobiliários, sedes de empresas. É a produção de conhecimento técnico-científico-informacional que sustenta os circuitos superiores da economia e insere essa grande cidade como centro regulador dos eventos da globalização na América Latina.

Mas, como o novo espaço das redes em São Paulo se situa numa trama horizontal complexa da grande cidade terceiro-mundista, há mais entraves do que oportunidades para a expansão do território reticulado. A temporalidade mais lenta das divisões do trabalho pretéritas faz oposição à instalação dos negócios globais. O meio técnico-científico-informacional se difunde com dificuldades na principal metrópole do país.

Ora, um fenômeno a ser ressaltado é que, quanto mais a cidade é instrumentalizada pelas corporações como um recurso, tanto mais ela conhece o fenômeno da involução e se transforma num abrigo para a maioria da população. A tensão entre espaço e sociedade é novamente alavancada. As grandes empresas têm cada vez mais necessidade de espaços reticulados para fomentar a produção e o controle das redes nacionais e globais (cada vez menos nacionais). A metrópole de São Paulo é área polar por excelência para o exercício da regulação econômica por disponibilizar as novas economias externas imateriais. São Paulo é, pois, esse complexo espaço da globalização.

O dilema da cidade corporativa e o discurso da cidade global

O território metropolitano regido pelas atuais lógicas corporativas se “esgarça” ainda mais. Não há finanças públicas que suportem, sobretudo no Terceiro Mundo, de um lado as exigências dos capitais globais (sequiosos de fluidez) e, de outro, a demanda social, coletiva, cotidiana da metrópole. O Estado brasileiro reafirma seu histórico papel como protetor dos

mais poderosos e, na balança da ordem pública e da ordem privada, age agora a favor dos grandes capitais globais. A cidade torna-se crítica, em via de “explodir” quando a “arte de governar” apenas almeja arrefecer os atritos territoriais e normativos para os capitais hegemônicos.

Assim, a metrópole paulista não é uma *global city* no sentido da abertura para um novo destino possível a todos os cidadãos. A flexibilidade buscada pelos *experts* da globalização, e que tudo promete fazer conectar e fluir, leva a um processo de perda da plasticidade urbana, minimizando as potencialidades da urbanidade democrática. O custo social desse projeto modernizador tem sido muito alto. A abertura do mercado de capitais (atraindo investidores imobiliários globais), a privatização, a entrada dos investimentos estrangeiros diretos em todos os setores produtores de informações, bem como as inversões em sistemas de engenharia de transporte e a alteração nas normas de produção da cidade, são exemplos recentes dos benefícios criados para a instalação acelerada da ordem global em detrimento da cidade como um todo.

Consideramos, pois, que esses lugares globais complexos - os espaços da globalização - detentores de um ar de família pela sua materialidade e pelas relações que permitem na trama da unicidade técnica planetária, são de denominação discutível. O título de *global cities* que normalmente lhes é outorgado faz esquecer que o que se denomina cidade global não passa de um subsistema da cidade como um todo, ou seja, não explica a grande cidade e por isso mesmo acaba por se transformar num poderoso instrumento ideológico contemporâneo. Por isso, caso desejemos apreender o que é São Paulo hoje, torna-se necessário considerar a metrópole sob o enfoque da totalidade: São Paulo é simultaneamente local, nacional e global.

A apologia feita hoje em torno do termo *global city* tem contribuído, muitas vezes, para paralisar a análise da urbanização (é o caso do Brasil). Essa denominação, travestida com roupagem da moda, circula globalmente e se presta pouco a explicar as lógicas profundas que regem hoje a organização dos territórios nacionais e que têm, nas metrópoles, uma base informacional de produção. É um termo que atribui *status* aos que o pronunciam, pois freqüenta a mídia e agrada aos grupos políticos. Parafraseando Pierre Bourdieu (1989, 114), é um termo que quer produzir “a existência daquilo que anuncia”. Por isso é preciso, como recomenda Maria

Adélia de Souza (1988, p. 66), compreender a cidade além do desempenho das funções e ver como se realizam as contradições.

Segundo David Harvey (1980, p. 255), a cidade não é somente o resultado de arranjos de objetos, isto é, “a cidade deve ser olhada como uma totalidade que funciona, dentro da qual tudo se relaciona entre si”. Por isso, para Ana Clara Ribeiro (1988, p. 14) o problema da totalidade metropolitana “introduz extraordinários desafios para aqueles que iniciam uma reflexão a partir dos dados da materialidade e da forma, e para aqueles diretamente preocupados com os fenômenos e processos socioculturais”.

Há diferentes usos de frações da cidade, onde uma sociedade local está encastrada, produzindo eventos que atendem a necessidades próximas e longínquas, em consonância com uma dada organização do espaço mundial e nacional.

O território metropolitano, diante das inovações, não tende a homogeneizar-se, justamente porque o meio técnico-científico-informacional é extremamente seletivo. Para sua configuração, principalmente nos países pobres, são utilizadas as áreas mais valorizadas - ou mesmo criadas novas áreas - expandindo a especulação e canalizando os recursos públicos; é produzido às custas das mesmas condições estruturais de pobreza que nasceram juntamente com todas as metrópoles do denominado Terceiro Mundo.

Milton Santos (1994a, p. 79) explica que “à cidade informada (...) aos *espaços inteligentes* que sustentam as atividades exigentes de infra-estrutura e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração, onde os tempos são lentos, adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, os *espaços opacos* que, também, aparecem como zonas de resistência”. Desses *espaços opacos* viriam as oportunidades para as ações mais flexíveis. Uma resistência que surge do casamento do meio ambiente construído com as atividades de ordem local, não-hegemônicas. Atividades essas mais ou menos tradicionais, porque não voltadas para a produção da competitividade, mas sim para o atendimento de necessidades concretas e imediatas de sobrevivência. São Paulo é, sobretudo, produtora de uma “flexibilidade tropical” (Santos, 1994a), na medida em que permite sobreviver uma série de micro- e pequenas empresas que alimentam os circuitos inferior e superior marginal da economia urbana responsáveis pela maioria dos trabalhos existentes na cidade. As ordens locais reclamam estabilidade,

durabilidade, por oposição à velocidade e à efemeridade impressa no mundo contemporâneo pelas firmas globais.

Nos espaços das redes os “cidadinos permanecem prisioneiros de um aparelhamento técnico que estende sua influência sobre um espaço globalizado” (George, 1970, p. 8). Já os espaços mais lentos permitiriam viver as contradições em uma época que tende à artificialização completa da vida e, por conseguinte, à abstração do meio. A cidade, segundo H. Lefebvre (1976, p. 267), por reunir situações, faz com que a concentração se veja forçosamente acompanhada de confrontação. H. Isnard (1982), refletindo sobre a cidade contemporânea, pondera que talvez seja “da intensificação dos conflitos sociais, em que a cidade é um foco candente, que se pode esperar uma tomada da consciência para restituir ao homem o domínio do fato urbano”. Teríamos, enfim, de buscar o entendimento dessa geografia metropolitana, possível a partir do espaço banal e dos novos conflitos ensejados com a ordem global.

As heranças materiais da cidade e a vida de relações que a anima recriam, no cotidiano, formas novas ou adaptadas de trabalho, moradia, lazer, informação, educação, entre outras, que constituem as razões locais (de ser, de existir) da grande metrópole. É o que Milton Santos (1996, 2000) denomina *divisão do trabalho de baixo*, contra-racionalidades. São densidades comunicacionais emergentes que brotam dos movimentos artísticos periféricos, dos movimentos por direito à moradia, vindo somar-se a histórica luta dos trabalhadores metropolitanos. Essa é a instalação mais verdadeira do mundo nos lugares. A grande cidade, no caso a metrópole de São Paulo, é hoje acolhedora das diferenças culturais e dos conflitos sociais e territoriais tendencialmente produtores de novos sentidos. A grande cidade cria, hoje, novas possibilidades para a nação se refazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNDES. *Programa nacional de desestatização. Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1997.

BORDELEAU, Y. *La Fonction de conseil auprès des organisations*. Paris, Chotard et Associés Editeurs, 1986.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CASTILLO, R. *Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

CASTRO, A. de B. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. (2. ed.)

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

CHOLLEY, A. *La Géographie. Guide de l'étudiant*. Paris, Presses Universitaires de France, 1951.

COHEN, R. B. "The new international division of labor, multinational corporations and urban hierarchy". In: DEAR, M. & SCOTT, A. *Urbanization & urban planning in capitalist society*. New York, Methuen, 1981, pp. 287-315.

CORDEIRO, H. K.. *O centro da metrópole paulista. Expansão recente*. Instituto de Geografia/Universidade de São Paulo, 1980.

CORRÊA, R. L. "Origem e tendências da rede urbana brasileira: Algumas notas". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 56, n. 1/4, jan./dez. 1994, pp. 293-299.

_____. "Os centros de gestão do território: uma nota". *Território*, vol. 1, n. 1, LAGET/UFRJ, 1996, pp. 23-30.

DANIELS, P. W. & CANGDALE, J. V. "A world of services?". *Geoforum*, vol. 22, n. 4, 1991, pp. 359-376.

DIAS, L. C. *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. Paris, L'Harmattan, 1995.

ELIAS, D. *Meio técnico-científico-informacional na região de Ribeirão Preto (São Paulo)*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

FRÚGOLI Jr., H. *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez/Edusp, 2000.

GEIGER, P. P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP/MEC, 1963.

GEORGE, P. "O tempo geográfico". *Boletim Geográfico*, vol. 29, n. 214, jan./fev. 1970, pp. 3-9.

GODELIER, M. *Rationalité & irrationalité en économie*. Paris, François Maspero, 1974.

GONÇALVES, M. E. *Direito da informação*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.

GOTTMANN, J. *Megalopolis; the urbanized northeastern seaboard of the United States*. New York, Twentieth Century Fund, 1961.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.

HEPWORTH, M. E. *Geography of the information economy*. London, Belhaven Press, 1989.

ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

LANGENBUCH, J. R. *A estruturação da Grande São Paulo. Estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1971.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

LECHNER, N. "A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana". *Lua Nova*, n. 21, set. 1990, pp. 72-86.

LEFEBVRE, H. *Espacio y política. El derecho a la ciudad II*. Barcelona, Ediciones Península, 1976.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. (Tradução de José Paulo Neto). São Paulo, Cortez, 1995.

MALIN, A. B. "Economia e política da informação. Novas visões da história". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 8, n. 4, out./dez. 1994, pp. 9-18.

MAMIGONIAN, A. "O processo de industrialização em São Paulo". *Boletim Paulista de Geografia*, n. 50, mar. 1976, pp. 85-99.

MARSHALL, J. N. "Business reorganization and the development of corporate services in metropolitan areas". *The Geographical Journal*, vol. 160, n. 1, mar. 1994, pp. 41-49.

MATTELART, A. *Comunicação-mundo. História das idéias e das estratégias*. (Tradução de G. J. F. Teixeira). Petrópolis, Vozes, 1994.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. (Tradução de Ary França e Raul de A. e Silva). São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.

PACHECO, C. A. *A fragmentação da nação*. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder* [1980]. (Tradução de Maria Cecília França). São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. T. *Rio-Metrópole. A produção social da imagem urbana*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro, Jobran Editora, 1996.

SÁNCHEZ, J.-E. *Espacio, economía y sociedad*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1991.

SANTOS, M. "Society and space: Social formation as theory and method". *Antipode*, vol. 9, n. 1, fev. 1977, pp. 3-13.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978a.

_____. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988a.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1990a.

_____. "Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil", Texto 001. Laboplan, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992 (24 p.)

_____. "São Paulo: Un centre à la périphérie". In: DURAND, M.-F., LEVY, J. & RETAILLÉ, D. (orgs.). *Le Monde, espaces et systèmes*. Paris, Dalloz, 1992a, pp. 307-317.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993a.

_____. "A aceleração contemporânea e a globalização do espaço". Texto inédito. São Paulo, 1993b (15 p.).

_____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994a.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Hucitec, 1994b.

_____. "O retorno do território". In: In SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. de & SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, ANPUR/Hucitec, 1994c, pp. 15-20.

_____. "Raison universelle, raison locale. Les espaces de la rationalité". *Espaces et Societé*, n. 79, 1995a, pp. 108-110.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996a.

_____. "Por uma geografia cidadã: Por uma epistemologia da existência". *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 21, ago. 1996c, pp. 7-14.

_____. "Da política dos Estados à política das empresas". *Cadernos da Escola do Legislativo*, 3(6):3-19, jul./dez.1997.

_____. "O dinheiro e o território". *Geographia*, Universidade Federal Fluminense, ano I, n. 1, 1999, pp. 7-13.

_____. "O território e o saber local: Algumas categorias de análise". *Cadernos IPPUR*, ano XIII, n. 2, 1999a, pp. 15-26.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000a.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Blumenau e Recife*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

SILVA, Adriana Bernardes. *A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

SORRE, M. *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. Paris, Librairie Marcel Rivière, 1957.

SOUZA, M. A. A. de "Conexões geográficas: Um ensaio metodológico (uma versão ainda preliminar)". *Boletim Paulista de Geografia*, n. 71, 1992.

_____. *A identidade da metrópole. Verticalização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1994.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris, Presses Universitaires de France, 1997.